

AGRADECIMENTOS	13
AO LEITOR.....	15
APRESENTAÇÃO	17

PRIMEIRA PARTE —
TEORIA GERAL DOS RECURSOS CÍVEIS

1. Origem do termo <i>recurso</i>	21
2. Acepções do vocábulo <i>recurso</i>	21
3. Recurso: espécie do gênero remédio jurídico.....	24
4. Da razão de ser dos recursos	25
5. Natureza jurídica do recurso	29
6. Atos processuais sujeitos a recurso	31
7. Defeitos das decisões	36
8. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	41
9. Requisitos de admissibilidade	46
~ 9.1. Cabimento	47
9.2. Legitimidade recursal	49
9.3. Interesse recursal	52
9.4. Inexistência de fato extintivo ou impeditivo	55
— 9.5. Tempestividade	62
9.6. Regularidade formal	78
~ 9.7. Preparo	85
10. Princípios norteadores do sistema recursal cível brasileiro	92
10.1. Conceito de princípio jurídico	92
10.2. Princípio da taxatividade	93
10.2.1. Generalidades	93
10.2.2. Pedido de reconsideração	94
10.2.3. Recurso adesivo	96
10.2.4. Correição parcial.....	100
10.2.5. Reexame obrigatório	104

✓ 10.3. Princípio da singularidade	106
✓ 10.4. Princípio do esgotamento das vias recursais	109
✓ 10.5. Princípio da proibição da reformatio in peius	112
✓ 10.6. Princípio da fungibilidade recursal	114
10.6.1. Generalidades	114
10.6.2. Hipóteses que dão ensejo à aplicação do princípio da fungibilidade recursal	118
10.6.3. Hipóteses que não dão ensejo à aplicação do princípio da fungibilidade recursal	123
✓ 10.7. Princípio da aplicação da lei vigente ao tempo da publicação da decisão	134
✓ 10.8. Princípio da consumação	143
✓ 10.9. Princípio da dialeticidade	147
✓ 10.10. Princípio da voluntariedade	148
10.11. Princípio da complementaridade	148
11. Classificações dos recursos cíveis brasileiros	149

SEGUNDA PARTE — DOS RECURSOS EM ESPÉCIE

12. Apelação	163
12.1. Notícia histórica. Cabimento: regra e exceções	163
12.2. Prazo recursal	167
12.3. Regularidade formal	167
12.4. Procedimento no juízo a quo	170
12.5. Procedimento no tribunal ad quem	171
12.6. Efeito devolutivo. Extensão da apelação	173
12.7. Profundidade da apelação	175
12.8. Questões de fato novas e documentos novos	181
12.9. Efeito suspensivo	184
12.10. Efeito substitutivo	185
12.11. Efeito de retratação. Apelação contra sentença de indeferimento da petição inicial	186
13. Agravos	189
13.1. Notícia histórica. Generalidades	189
13.2. Agravo — por instrumento e retido — contra decisão interlocutória	191
13.2.1. Cabimento e modalidades	191
13.2.2. Prazo recursal	200
13.2.3. Regularidade formal dos agravos de instrumento e retido. Agravo retido e juízo de admissibilidade	200

13.2.4. Preparo	207
13.2.5. Procedimento	207
13.2.6. Efeitos	209
13.3. Agravo interno	212
13.3.1. Cabimento	212
13.3.2. Nomen iuris	213
13.3.3. Prazo recursal	216
13.3.4. Regularidade formal e preparo	217
13.3.5. Efeitos	217
13.3.6. Procedimento	218
13.3.7. Da multa	220
13.4. Agravo de instrumento contra decisão que não admite recurso extraordinário ou recurso especial	220
13.4.1. Cabimento	220
13.4.2. O agravo de instrumento previsto no artigo 544 e os outros agravos	221
13.4.3. Regularidade formal. Preparo	223
13.4.4. Procedimento	227
14. Embargos de declaração	231
14.1. Notícia histórica	231
14.2. Acepções do vocábulo <i>embargos</i>	231
14.3. Nomen iuris	232
14.4. Natureza jurídica dos embargos declaratórios	232
14.5. Escopo do recurso. Possibilidade da alteração do julgado	233
14.6. Cabimento. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	235
14.7. Exceção ao princípio da singularidade recursal	240
14.8. Regularidade formal	240
14.9. Prazo recursal	241
14.10. Desnecessidade de preparo	243
14.11. Procedimento e julgamento	243
14.12. Interrupção do prazo para a interposição de outros recursos	244
14.13. Da multa processual	246
15. Embargos infringentes	247
15.1. Notícia histórica	247
15.2. Escopo do recurso	248
15.3. Cabimento: generalidades	248
15.4. Embargos infringentes contra acórdão tomado por voto médio	254

15.5. Embargos infringentes e apelação em mandado de segurança	255
15.6. Embargos infringentes e remessa necessária	256
15.7. Da inadmissibilidade de embargos infringentes contra acórdão proferido em ação direta de inconstitucionalidade	257
15.8. Efeitos	260
15.9. Prazo recursal	264
15.10. Regularidade formal e preparo	264
15.11. Procedimento	265
16. Recurso ordinário	269
16.1. Notícia histórica	269
16.2. Generalidades	269
16.3. Recurso ordinário em causas internacionais	280
16.4. Recurso ordinário em mandado de segurança	282
16.4.1. Notícia histórica	282
16.4.2. Mandado de segurança: noção geral	282
16.4.3. Recurso ordinário em mandado de segurança para o Superior Tribunal de Justiça	288
16.4.4. Recurso ordinário em mandado de segurança para o Supremo Tribunal Federal	294
16.5. Recurso ordinário em habeas data e em mandado de injunção	295
17. Recurso especial	297
17.1. Antecedentes históricos do Superior Tribunal de Justiça e do recurso especial	297
17.2. Jurisdição, composição e organização do Superior Tribunal de Justiça	299
17.3. Cabimento: generalidades	301
17.4. Recurso especial pela alínea “a”	305
17.5. Recurso especial pela alínea “b”	308
17.6. Recurso especial pela alínea “c”	311
17.7. Efeitos do recurso especial	312
17.8. Prazo recursal. Preparo. Regularidade formal	314
17.9. Procedimento	316
17.10. Julgamento do recurso especial. Julgamento da causa. Inadmissibilidade de reexame de prova. Possibilidade do exame de questão de fato	316
18. Recurso extraordinário	319
18.1. Generalidades	319
18.2. Cabimento	320

18.3. Recurso extraordinário pela alínea “a”	328
18.4. Recurso extraordinário pela alínea “b”	330
18.5. Recurso extraordinário pela alínea “c”	331
18.6. Recurso extraordinário retido	332
18.7. Acórdão com partes decididas à unanimidade e por maioria de votos	333
18.8. Prazo recursal	334
18.9. Regularidade formal	334
18.10. Procedimento. Julgamento do recurso extraordinário	337
18.11. Incidente de declaração de inconstitucionalidade	340
18.11.1. Controle jurisdicional de constitucionalidade no direito brasileiro e incidente de inconstitucionalidade	340
18.11.2. Natureza jurídica do instituto	341
18.11.3. Obrigatoriedade da instauração do incidente: regra. Exceção	342
18.11.4. Alcance da expressão “ <i>lei ou ato normativo do poder público</i> ”	342
18.11.5. Legitimidade para suscitar o incidente de inconstitucionalidade	344
18.11.6. Procedimento do incidente de inconstitucionalidade	344
18.11.7. Recorribilidade	346
19. Embargos de divergência	349
19.1. Notícia, história e finalidade do recurso	349
19.2. Cabimento	350
19.3. Prazo recursal	356
19.4. Regularidade formal	356
19.5. Preparo	357
19.6. Efeitos	358
19.7. Procedimento	359
19.8. Embargos de divergência e embargos infringentes. Embargos de divergência e recurso especial pela alínea “c”. Embargos de divergência e incidente de uniformização de jurisprudência	361

TERCEIRA PARTE — AÇÃO RESCISÓRIA

20. Ação rescisória	367
20.1. Generalidades	367
20.2. Das hipóteses de rescindibilidade	376

20.3. Ação rescisória e direito intertemporal	388
20.4. Do prazo decadencial	389
20.5. Da competência	390
20.6. Da legitimidade	391
20.7. Ação rescisória e execução do julgado rescindendo ..	392
20.8. Procedimento	393
20.9. Do julgamento	396
20.10. Recursos cabíveis	398
20.11. Ação rescisória de julgado proferido em ação rescisória	399

BIBLIOGRAFIA	407
--------------------	-----